



V SINGEP

Simpósio Internacional de Gestão de Projetos, Inovação e Sustentabilidade
International Symposium on Project Management, Innovation and Sustainability

ISSN: 2317 - 8302

Uma síntese dos indicadores de desenvolvimento humano e sustentabilidade para a cidade de São Paulo

AURÉLIO SBIZZARRO NETO

Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
a.sbizzarro.neto@gmail.com

ELIZABETH BORELLI

Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
felin@uol.com.br



V SINGEP

Simpósio Internacional de Gestão de Projetos, Inovação e Sustentabilidade

International Symposium on Project Management, Innovation and Sustainability

ISSN: 2317 - 8302

UMA SÍNTESE DOS INDICADORES DE DESENVOLVIMENTO HUMANO E SUSTENTABILIDADE PARA A CIDADE DE SÃO PAULO

Resumo

A proposta deste artigo é sintetizar os principais indicadores de desenvolvimento humano e de sustentabilidade para a cidade de São Paulo, numa abordagem holística, de forma articulada, a partir das conceituações teóricas de Mahbub Ul Haq e Amartya Sen, apresentando a metodologia das principais métricas em uso. Efetuou-se uma análise descritiva e crítica, com base nos dados oficiais disponíveis. Elaborou-se um panorama referente ao estágio atual e à evolução recente do desenvolvimento humano e sustentabilidade da cidade de São Paulo, visando delinear um perfil do estágio de desenvolvimento humano sustentável, através de indicadores representativos. O objetivo é evidenciar a complexidade e a abrangência do tema, bem como sugerir elementos capazes de oferecer subsídios para o acompanhamento futuro, que possam contribuir para a elaboração de políticas públicas eficientes, visando promover a ampliação do bem-estar social, em sentido amplo.

Palavras-chave: desenvolvimento humano, sustentabilidade, São Paulo, visão holística.

Abstract

The purpose of this article is to summarize the main indicators of human development and sustainability for the city of São Paulo, a holistic approach in a coordinated way, from the theoretical conceptualizations of Mahbub Ul Haq and Amartya Sen, with the methodology of the main metrics use. We conducted a descriptive and critical analysis, based on available official data. It prepared an overview for the current stage and the recent evolution of human development and sustainability of the city of São Paulo, aiming to outline a profile of sustainable human development stage, through representative indicators. The aim is to highlight the complexity and scope of the issue, and suggest elements able to offer subsidies for future monitoring, which can contribute to the development of efficient public policies to promote the expansion of social welfare, in a broad sense.

Keywords: human development, sustainability, São Paulo, holistic view.



1 Introdução

Em que pese uma plena aceitação dos indicadores econômicos e sociais nos debates e discussões acadêmicos, já há algum tempo, os indicadores de sustentabilidade, de história mais recente, revelam-se da maior importância, uma vez que a conjugação dos parâmetros ambientais aos sociais e econômicos apresenta possibilidades de indicar, com maior precisão, soluções e caminhos para a formulação de políticas públicas.

O objetivo geral deste artigo é sintetizar os principais indicadores de desenvolvimento humano e sustentabilidade da cidade de São Paulo numa perspectiva holística

A opção de análise recaiu sobre a cidade de São Paulo, primeiramente, devido a sua importância e dinamismo econômico a nível nacional e mundial, e ainda, em função de sua dimensão populacional e diversidade socioeconômica. Em 2010, de acordo com o IBGE, a cidade de São Paulo possuía uma população de 11.253.503 habitantes, equivalente a 5,89% da população do Brasil e correspondendo a uma participação de 11,8% no PIB brasileiro.

O excepcional crescimento das cidades passou a se constituir num fenômeno mundial, no final do século XX e início do século XXI. A maior expressão de tal fenômeno pode ser considerada como o surgimento das “megacidades”, com mais de 10 milhões de habitantes - entre as quais se enquadra São Paulo -, passando a caracterizar, também, a maior parcela da população mundial como urbana, ao invés de rural. Tal crescimento não se caracteriza somente por um mero aumento no número de habitantes: uma das características mais importantes é a concentração espacial. Grande parte desta “nova população” começou a viver em áreas desprovidas de qualquer tipo de infraestrutura. A literatura sobre a questão urbana no Brasil indica que a expansão das periferias correlaciona-se à procura por habitação em áreas com baixo preço da terra, o que provoca, simultaneamente, um aumento das ocupações precárias, tais como favelas e loteamentos irregulares, em áreas sem infraestrutura e expostas a risco e à degradação ambiental. (BORELLI, 2012).

Assim, propõe-se uma análise abrangente da situação do desenvolvimento humano e sustentabilidade na cidade de São Paulo, na primeira década do século XXI, a partir das bases conceituais e metodológicas de alguns dos principais indicadores, na tentativa de se identificar os aspectos referentes às privações mais expressivas. São abordadas, também, as metodologias de Felicidade Interna Bruta e Pegada Ecológica, relativamente aos aspectos subjetivos do desenvolvimento humano e de sustentabilidade ambiental, referentes à cidade de São Paulo.

Em busca das respostas relacionadas a estes objetivos, o procedimento metodológico baseou-se em pesquisa bibliográfica, documental, formulando um arcabouço teórico sobre o tema. Com relação aos fundamentos teóricos, por uma questão de foco, a análise restringe-se aos economistas Mahbub Ul Haq e Amartya Sen.

2 Referencial Teórico

2.1 O paradigma do Desenvolvimento Humano

No que concerne ao debate do crescimento versus desenvolvimento, este trabalho se fundamenta na análise de Schumpeter (1985), ao considerar o processo de desenvolvimento econômico como resultante de mudanças revolucionárias endógenas no sistema produtivo, capazes de alterar os métodos de produção de maneira acentuada, contribuindo para o crescimento econômico capitalista. Essa visão considera um ambiente econômico repleto de incertezas, sendo o tempo um aspecto fundamental: decisões do presente afetarão o comportamento do sistema econômico no futuro, trazendo resultados positivos ou negativos, rompendo com modelos estáticos e reforçando a importância dos ciclos econômicos, do papel dos empreendedores e das inovações.



Mas, para além dos resultados econômicos, pretende-se, aqui, priorizar os resultados referentes ao desenvolvimento humano num sentido amplo, o que requer uma abordagem holística.

Assim, considerando-se o posicionamento de Mahbub Ul Haqⁱ, o propósito básico do desenvolvimento humano deve se fundar na ampliação das escolhas das pessoas.

A diferença que define a perspectiva baseada no crescimento econômico e a das escolas de desenvolvimento humano, é que a primeira concentra-se exclusivamente na expansão de apenas uma escolha – renda – enquanto que a segunda abrange a ampliação por todas as escolhas humanas – sejam econômicas, sociais, culturais ou políticas. Poderia também se argumentar que a expansão da renda pode ampliar todas as outras opções de escolhas. Mas não é necessariamente o que ocorre, por diversas razões. (UL HAQ, 1995, p. 17).

Nessa perspectiva, o foco restrito ao crescimento econômico traz como limitação o fato de se analisar somente uma das escolhas, dentre as várias que eventualmente possam vir a ocorrer. Os rendimentos costumam ser distribuídos de forma desigual dentro de uma sociedade, sendo que, as parcelas das populações que possuem acesso limitado aos recursos, terão como consequência severas restrições as suas escolhas.

Para Ul Haq (1995), as escolhas humanas se estendem para muito além do bem-estar econômico. O conhecimento, a saúde, o meio ambiente preservado, a liberdade política ou alguns simples prazeres da vida podem ou não ser expandidos através da riqueza nacional, já que não dependem, exclusivamente, da renda. Assim, mais importante do que a própria riqueza em si, deve ser o seu uso e a forma como ela será investida.

O paradigma do desenvolvimento traz como importante reflexão a rejeição de um “link automático” entre crescimento econômico e desenvolvimento humano. Segundo Ul Haq (1995), a qualidade do crescimento é tão importante quanto a quantidade, sendo, portanto, primordial a ênfase nos aspectos qualitativos do crescimento. Mudanças estruturais poderão ser necessárias, envolvendo o aperfeiçoamento de estruturas econômicas e de poder, nas quais as pessoas devem ser colocadas como o centro e o objetivo final das políticas públicas.

Para se tratar o desenvolvimento como um conceito holístico, global, é necessário avaliar o desenvolvimento desde os aspectos dos gastos e investimentos individuais em educação, saúde, até os indicadores macroeconômicos que estão relacionados a questões estruturais da economia. Os indicadores macroeconômicos podem indicar perspectivas futuras de crescimento, de distribuição de renda e riqueza, gastos e investimento sociais, investimentos em tecnologia, sustentabilidade das contas públicas. Assim, os diversos aspectos da vida – de ordem econômica, política ou cultural -, são vistos a partir dessa perspectiva.

2.2 Perspectiva do “Desenvolvimento como Liberdade”

Sen (2000) considera que o mundo contemporâneo produz uma quantidade imensa de riquezas - inimaginável há um ou dois séculos atrás -, convivendo, contraditoriamente, com uma proporção elevada de indivíduos sobrevivendo em níveis extraordinários de privação, destituição e opressão. O autor destaca a coexistência de novos e velhos problemas, tais como: fomes coletivas, fome crônica, violação de liberdades, desigualdade entre os gêneros, ameaças cada vez maiores à sustentabilidade do meio ambiente e à sociedade como um todo.

De acordo com a perspectiva do “desenvolvimento como liberdadeⁱⁱ”, proposta por Sen, o enfoque dado às liberdades humanas contrasta com visões que podem ser consideradas mais restritas sobre a questão do desenvolvimento, tais como o condicionamento do desenvolvimento humano ao crescimento do produto nacional bruto (PNB). Segundo o autor, o crescimento econômico, obviamente, pode ser muito importante para a expansão das



liberdades a serem desfrutadas pela população dentro de uma sociedade. No entanto, a expansão das liberdades também depende de outros fatores que transcendem a questão econômica e dos rendimentos; faz-se necessário, por exemplo, a ampliação dos direitos civis, bem como dos serviços de educação e saúde.

Sen destaca que, apesar de aumentos sem precedentes na geração de riquezas a nível global, faz-se comum nas diversas sociedades do mundo, a negação de liberdades elementares a um grande número de pessoas. Por ausência de liberdades substantivas, o autor entende a pobreza econômica, que retira das pessoas a liberdade de saciar a fome, de obter uma nutrição que permita uma vida saudável, de obter remédios para doenças tratáveis, assim como a oportunidade de ter moradia ou se vestir de modo apropriado. Além da pobreza econômica, o autor enfatiza, também, que a privação de liberdades pode estar relacionada à carência de serviços públicos e assistência social, bem como de sistemas educacionais ou de segurança que sejam capazes de garantir a paz e a ordem. As privações de liberdade podem estender-se, ainda, a restrições com relação aos direitos civis, direitos de participar da vida social, política e econômica da comunidade. (SEN, 2000).

De certa forma, a perspectiva da liberdade está relacionada à possibilidade ou não de se ter a liberdade de viver com dignidade. Isso inclui ter acesso à moradia e renda suficiente, sistemas educacionais e de saúde de qualidade, viver em uma sociedade onde a paz e a segurança prevaleçam e os direitos civis e políticos sejam respeitados, ter acesso à água potável e ao saneamento básico - o que inclui a preservação do meio ambiente e a não poluição.

Outra característica importante da análise de Sen é que as liberdades não podem ser encaradas apenas como os fins do desenvolvimento; devem ser entendidas também como meios de se promover tal processo. Assim sendo, indivíduos são considerados “agentes” da mudança e não simples “pacientes” que não participam do processo de desenvolvimento. A ampliação da liberdade dos indivíduos, aliada a sua condição de “agente”, pode fazer com que eles sejam capazes de moldar seu próprio destino e ajudarem-se uns aos outros, ao invés de serem apenas beneficiários passivos de programas de desenvolvimento elaborados por outros.

O conceito de liberdade, nessa perspectiva, deve ser representado através de seus papéis “constitutivo” e “instrumental”, sendo a expansão da liberdade considerada “(1) *o fim primordial* e (2) *o principal meio do desenvolvimento*” (SEN, 2000, p. 52).

Por liberdades constitutivas, pode-se entender o conjunto das liberdades substantivas que constituem a existência do indivíduo e que viabilizam suas capacidades, como a liberdade de se alimentar, de ler e escrever, de ter acesso a uma vida saudável, de ter renda suficiente para não viver em condição de miséria.

As liberdades instrumentais, diferentemente das liberdades constitutivas, estão relacionadas à contribuição dos diferentes tipos de direitos, oportunidades e intitamentosⁱⁱⁱ para a expansão da liberdade, e assim, para o incentivo ao desenvolvimento. Deve-se pensar a expansão de liberdades instrumentais muito mais como um meio do que como um fim para a promoção do desenvolvimento.

Sen (2000) propõe, também, a ampliação do debate, através do enfoque dado a questões como a desigualdade e a eficiência dos gastos governamentais. O tema da desigualdade, embora bastante discutido, costuma ser restrito, tradicionalmente, à esfera da desigualdade de renda, o que afeta a formulação das políticas econômicas, relegando a um segundo plano outros aspectos, tais como desemprego, doença, baixo nível de instrução e exclusão social.

Ao concentrar os esforços nas liberdades para se avaliar o desenvolvimento, Sen ressalta que não está sugerindo que exista algum critério único e preciso para se medir o desenvolvimento, no qual as diferentes experiências possam sempre ser comparadas. A



motivação que fundamenta a abordagem do desenvolvimento como liberdade não exclui as outras formas de medição, baseadas em *rankings* globais. A intenção é justamente a oposta, o objetivo é o de ampliar e fomentar o debate, de tal forma que nenhum aspecto do desenvolvimento humano seja negligenciado, não obstante a sua complexidade.

Com base em suas concepções, Ul Haq e Sen idealizaram o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), tendo sido publicado o primeiro relatório em 1990, pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento - PNUD. Ao contrário de outros indicadores, o IDH traz em seu bojo a proposta de medir o desenvolvimento não apenas pelo rendimento nacional, mas considerando, também, indicadores de outras variáveis, tais como educação e saúde (PNUD, 2010).

2.3 Síntese e recomendações do relatório da comissão sobre a mensuração de desempenho econômico e progresso social (CMPEPS)

A crise financeira de 2008 e, mais recentemente, a da Grécia, deixaram claro que, apesar da grande quantidade de indicadores disponíveis atualmente, tais como o PIB e o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), nenhum deles foi capaz de prever, antecipadamente, a situação real da economia dos países, de forma a possibilitar uma correção de rumos com relação às políticas econômicas e tomadas de decisões. Em 2004, um encontro internacional de estatísticos, organizado pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), lançou as bases para que o movimento anti-PIB, atualmente conhecido como *Beyond GDP* (além do PIB), se disseminasse pelo mundo. (VENTURA, 2010).

Partindo desses pressupostos, em fevereiro de 2008 (CMPEPS, 2009), o presidente Nicolas Sarkozy, insatisfeito com o resultado das estatísticas, que demonstravam sucessivos indicadores positivos, simultaneamente ao aumento da insatisfação popular com a situação do desenvolvimento da França, solicitou aos economistas Joseph Stiglitz, Amartya Sen e Jean Paul-Fitoussi, criar uma comissão, tendo como propósito principal identificar as limitações do PIB como indicador de desempenho econômico e progresso social. Surgiu, então, a Comissão sobre a Mensuração do Desempenho Econômico e Progresso Social (CMPEPS), com a incumbência de identificar indicadores mais pertinentes de progresso social, através da avaliação da viabilidade de novos indicadores e instrumentos de medida do desenvolvimento, bem como de discutir a apresentação adequada de informações estatísticas.

Destaca-se (CMPEPS, 2009) que o relatório foi redigido por um amplo leque de profissionais das mais diversas especializações, de economistas a cientistas sociais, incluindo especialistas na área de contabilidade nacional, sustentabilidade ambiental e mudança climática.

De acordo com Ventura (2010), o relatório, além de consolidar diversas metodologias de mensuração existentes, propôs a mudança de foco: da produção para o bem-estar. José Eli da Veiga considera esse trabalho a principal referência em termos de indicadores de desenvolvimento sustentável. (*apud* VENTURA, 2010). Dowbor (2009, p.5) considera que “o relatório não chega a renovar o debate sobre o PIB nem apresenta muitas propostas novas, mas organiza as principais metodologias já existentes e dá visibilidade ao tema, o que já seria um esforço válido”.

Por outro lado, “a qualidade de vida é influenciada pelo amplo leque de fatores que fazem com que a vida valha a pena ser vivida, inclusive aqueles que não são permutados nos mercados e que não se podem contabilizar monetariamente.” (CMPEPS, 2009, p. 86). De acordo com Dowbor (2009, p. 5), “portanto, do foco da medição da produção passamos para o foco do resultado final, a qualidade de vida, sustentável em termos das gerações futuras. O social e o ambiental tornam-se o eixo organizador da informação”.



À medida que uma parcela maior da população passar a acompanhar e analisar a evolução dos indicadores referentes à qualidade de vida, o debate torna-se mais intenso, questionamentos surgem, e geralmente os governos são pressionados a adotar políticas mais eficazes quando os resultados não estão sendo positivos. Essas informações tornam-se importantes no processo de promoção do desenvolvimento.

A questão da sustentabilidade ambiental necessita de indicadores próprios, que, conjugados aos de desenvolvimento humano, devem conseguir contabilizar “estoques”, incluindo capital humano, físico, social e recursos naturais.

A abordagem da sustentabilidade pelo estoque compreende duas formas: uma refere-se à questão quantitativa e física dos estoques e a outra está relacionada à conversão desses ativos em equivalentes monetários. (CMPEPS, 2009)

Com relação à primeira abordagem, recomenda-se que sejam criados indicadores que acompanhem as variações físicas e quantitativas dos estoques. Dessa maneira, seriam indicados valores críticos, dos quais esses estoques não poderiam baixar – o que poderia ser extremamente prejudicial ao bem-estar futuro. Em relação à segunda abordagem, considera-se que os cálculos são extremamente complexos, pelo fato de não existirem preços de mercado para um grande número de ativos importantes, quando considerado o bem-estar futuro. Dependendo do indicador utilizado, é possível se antecipar numerosas formas de não sustentabilidade; porém, essas condições são extremamente restritivas e por diversas vezes, são necessários cálculos de estimativas, envolvendo valores aproximados. Sendo assim, na falta de informações confiáveis sobre tais preços, sugere-se uma abordagem menos sofisticada, de forma que indicadores monetários foquem na avaliação de ativos para os quais já existam avaliações confiáveis e racionais, em conjunto com indicadores de estoques para ativos cujos cálculos ainda não sejam possíveis. (CMPEPS, 2009).

Especificamente, para o aspecto ambiental da sustentabilidade, recomenda-se que sejam aperfeiçoados, criados e monitorados painéis com indicadores referentes aos estoques. Propõe-se, também, não deixar de considerar os ativos que podem ser “racionalmente valorizados em termos monetários dos outros ativos para os quais medidas físicas distintas são necessárias” (CMPEPS, 2009, p. 121). Num painel com essas características, os indicadores de estoque e os monetários devem ser apresentados separadamente.

Em suma, após a análise do conteúdo apresentado, das recomendações e sugestões contidas no Relatório da Comissão sobre a Medição das Performances Econômicas e Progresso Social (CMPEPS), tem-se como perspectiva de desenvolvimento humano e sustentabilidade os seguintes pontos: a) ao se avaliar o bem-estar material, deve-se priorizar a renda e o consumo ao invés da produção; b) levar em consideração um conjunto de informações sobre educação e saúde; c) dar ênfase à perspectiva doméstica, com relação à variável renda, ou seja, ao invés de se utilizar o PIB *per capita*, utilizar indicadores de pesquisas domiciliares, tais como a renda domiciliar *per capita*; d) dar mais ênfase à distribuição de renda, consumo, educação e saúde; e) estender as medições de renda para atividades externas ao mercado, tais como o voluntariado e o trabalho domiciliar, entre outras; f) a qualidade de vida depende das condições e das capacidades objetivas das pessoas; g) medir as desigualdades de qualidade de vida em todos os aspectos; h) levantamentos devem ser desenhados para levantar ligações entre domínios de qualidade de vida de cada pessoa, e essa informação deve ser usada para estabelecer políticas em vários campos; i) órgãos estatísticos devem prover a informação necessária para agregar lado a lado as diversas dimensões da qualidade de vida, para permitir a construção de diferentes indicadores; j) medições, tanto objetivas como subjetivas de bem-estar, proporcionam informações-chave sobre a qualidade de vida das pessoas; órgãos estatísticos devem incorporar perguntas para captar as avaliações da vida das pessoas, experiências hedonistas e prioridades delas mesmas;



l) a avaliação da sustentabilidade exige um painel bem-identificado de indicadores; m) os aspectos ambientais da sustentabilidade merecem um acompanhamento baseado num bem escolhido conjunto de indicadores.

3. Aspectos metodológicos

3.1 Índices de desenvolvimento humano (IDH e IDHM)

Conforme a metodologia utilizada pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), desde 1990, o IDH é dividido em três dimensões. Segundo o Relatório do Desenvolvimento Humano 2007 (PNUD, 2007), a primeira dimensão refere-se à possibilidade de desfrutar de uma vida longa: é a dimensão de expectativa de vida; para se conseguir obter bons resultados, faz-se necessário ter condições adequadas de saúde, nutrição, saneamento, entre outras. A segunda dimensão está associada à possibilidade de se obter conhecimento, que é dado por indicadores educacionais, que consideram a taxa de alfabetização de adultos e a taxa combinada de matrícula nos ensinos fundamental, médio e superior. Finalmente, a terceira dimensão se refere à disponibilidade de recursos, sendo definida com o PIB *per capita* do país, porém para o cálculo do IDH, a renda *per capita* é ajustada segundo a paridade do poder de compra (PPC), que permite a comparação de renda entre os países, não considerando variações na taxa de câmbio, mas tão somente os preços reais dentro da economia.

Em suma, o IDH considera os seguintes indicadores: 1) longevidade, medida em anos, representando a expectativa de vida ao nascer; 2) educação, medida através da combinação de dois indicadores: taxa de alfabetização de adultos (com peso de 2/3) e uma combinação de taxa de matrícula no ensino fundamental, médio e superior (com peso de 1/3); 3) padrão de vida medido pelo PIB real em dólares *per capita*, ajustado pela paridade do poder de compra.

O que está por trás dessa combinação de indicadores é a ideia de que o crescimento do PIB *per capita* deve vir acompanhado de um aumento na esperança de vida de seus habitantes, em conjunto com uma melhoria nas condições de educação, de modo a tornar esse crescimento universal e fazer com que ele se traduza em desenvolvimento socioeconômico e bem-estar social.

De acordo com o Relatório de Desenvolvimento Humano - RDH, os países em rápido desenvolvimento escolheram os seus próprios caminhos e têm em comum algumas características importantes, “incluindo uma liderança eficaz dos governos, uma participação aberta na economia mundial e políticas sociais inovadoras que abordam as necessidades internas de desenvolvimento humano”. (PNUD, 2013, p.123). O relatório destaca, também, que os desafios enfrentados são similares: “...desde as desigualdades sociais até os riscos ambientais...”.

O RDH de 2010 trouxe como destaque uma profunda reflexão referente ao alcance, eficácia e popularidade do IDH durante seus primeiros vinte anos de publicação. Além disso, algumas mudanças foram introduzidas para a metodologia de cálculo do indicador. O objetivo principal dessas mudanças foi de aperfeiçoar, atualizar e atender a críticas, recomendações e sugestões consideradas construtivas e válidas pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. (PNUD, 2010, p. 15). A nova metodologia de cálculo do IDH considera e justifica a incorporação dessas mudanças metodológicas efetuadas. Na dimensão educação, substituiu-se a variável “” por “número médio de anos de estudo”, e a variável “matrícula combinada” por “anos esperados de escolaridade”.

Uma mudança importante ocorreu na dimensão de rendimento. Na metodologia, o indicador “PIB *per capita*” (PPC) foi substituído pelo “RNB *per capita*”. A medida é calculada através do método PPC, ou seja, Paridade de Poder de Compra: “levar em consideração, que, mesmo em dólares, os preços das mercadorias nos países são diferentes,



por isso realiza-se esses ajuste aos PIBs *per capita* em dólares” (PNUD, 2010, p. 2). O objetivo do PNUD foi apresentar melhor os recursos disponíveis internamente nos países. Com a crescente globalização, aumenta a diferença entre a produção doméstica, isto é, aquela gerada nas fronteiras de um país e a renda que fica com seus residentes.

Com relação à medição da dimensão saúde, não houve mudanças, já que continua sendo utilizada a variável expectativa de vida.

Além dessas alterações, o PNUD reformulou o modelo de cálculo dos índices das três dimensões e também os parâmetros de normatização. Uma mudança que pode ser considerada fundamental é a adoção da média geométrica, já que esse cálculo respeita mais as diferenças intrínsecas do que uma média simples. Com esse novo procedimento, o desempenho de um país é mais claramente refletido por progressos simultâneos nas três dimensões do IDH.

Uma das características do IDH é ser um índice composto que combina diferentes dimensões incomensuráveis. Para que esses diferentes tipos de valores possam ser combinados, eles devem ser normatizados, ou seja, colocados todos em uma escala comum para se realizar comparações.

Após a definição dos valores mínimos e máximos, os subíndices referentes às três dimensões do IDH (educação, saúde e rendimentos) são calculados da seguinte forma (PNUD, 2010, p. 152):

Equação 1:

$$\text{Índice de dimensão} = (\text{valor real} - \text{valor mínimo}) / (\text{valor máximo} - \text{valor mínimo})$$

Para o cálculo definitivo do IDH utiliza-se a média geométrica dos três índices de dimensão:

Equação 2:
$$\left(I_{\text{Vida}}^{\frac{1}{3}} \cdot I_{\text{Educação}}^{\frac{1}{3}} \cdot I_{\text{Rendimento}}^{\frac{1}{3}} \right)$$

De acordo com o último Relatório do Desenvolvimento Humano (RDH), publicado pelo PNUD em 2014, o Brasil registrava, para o ano de 2013, um IDH considerado alto, alcançando o coeficiente de 0,744 (PNUD, 2014). Efetuando-se o cálculo de correlação entre os indicadores de expectativa de vida ao nascer, expectativa de anos de estudo, média de anos de estudo e RNB *per capita* (2011 U\$\$) PPC com o IDH, tem-se uma forte correlação direta para todos os indicadores, tendo sido obtidos, respectivamente, os seguintes coeficientes: 0,9993; 0,9906; 0,9941 e 0,9428.

Como o objetivo deste trabalho centra-se na cidade de São Paulo, julgou-se oportuno abordar a metodologia do IDHM. “O Brasil foi um dos países pioneiros ao adaptar e calcular o IDH para todos os municípios brasileiros, criando o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) em 1998.” (PNUD; IPEA; FJP. 2013).

O IDHM permite ajustar o IDH para a realidade dos municípios e regiões metropolitanas, bem como, através dos resultados obtidos, refletir as especificidades e desafios regionais no alcance do desenvolvimento humano. As dimensões do IDHM são as mesmas do IDH: educação, saúde e renda, mas há alguns indicadores diferentes. Os valores também variam de 0 a 1, utilizando-se dos mesmos parâmetros para classificação das regiões em baixo, médio, alto ou muito alto desenvolvimento humano, exatamente como no IDH.

Este indicador contribui para o debate entre o desenvolvimento humano e crescimento econômico e facilita, ainda, a comparação entre as localidades, fomentando o diálogo através da ampliação e facilitação do acesso à informação, estimulando a promoção de políticas públicas em busca de melhores desempenhos socioeconômicos, dentre os diversos municípios e regiões metropolitanas brasileiras.

Destaque-se ainda, que o IDHM não abrange todos os aspectos do desenvolvimento humano, não considera variáveis como felicidade e nem indica qual o melhor lugar do mundo



para se viver; no entanto, sintetiza três das mais importantes dimensões do desenvolvimento humano, que são: longevidade, educação e renda, e se constitui num importante instrumento de informação. Contribui, também, para a superação de desafios locais referentes ao estado da qualidade de vida, nas unidades federativas, municípios, regiões metropolitanas e unidades de desenvolvimento humano brasileiras.

Uma utilização adequada do IDH em nível municipal exige, necessariamente, certas adaptações. A questão básica é que o IDH foi inicialmente idealizado para ser calculado para uma sociedade razoavelmente fechada, tanto do ponto de vista econômico, como do ponto de vista demográfico (no sentido de que não há migração temporária). Municípios, no entanto, são espaços geopolíticos relativamente abertos e por este motivo foram realizadas algumas adaptações nos indicadores. Em municípios, ocorre frequentemente de os indivíduos migrarem de um município para outro para estudar, trabalhar, dentre, outras diversas atividades; caso adaptações não fossem efetuadas, isso poderia interferir diretamente nos resultados obtidos, como por exemplo, nas dimensões educação e padrão de vida.

Na dimensão “educação”, o índice final é calculado utilizando-se dois indicadores: um indicador fornece informação sobre a situação educacional da população adulta e outro se refere à população em idade escolar (jovens).

Diferentemente do IDH global, em que é utilizado o indicador da média de anos de estudo de pessoas de 25 anos ou mais, para o IDHM não foi possível se obter esse tipo de informação através do Censo 2010. Sendo assim, esse indicador foi substituído pela proporção da população adulta de 18 ou mais que concluiu o ensino fundamental. De acordo com o PNUD, este indicador permite uma boa avaliação do nível de carência da população adulta em relação à escolaridade considerada básica. Com relação à população jovem, para o IDH global utiliza-se o indicador de expectativa de vida escolar, que é uma medida de retenção das pessoas na escola, independentemente da repetência, e inclui o ensino superior.

Com relação à dimensão “renda”, enquanto o IDH global utiliza a Renda Nacional Bruta per capita em paridade de poder de compra, o IDHM considera a renda municipal per capita, ou seja, a renda média mensal dos indivíduos residentes em um determinado município, expressa em Reais por meio da renda per capita municipal.

No que tange à dimensão “saúde”, o IDHM usa a mesma variável utilizada para o IDH global; o índice da saúde é calculado pela esperança de vida ao nascer, ou seja, o número médio de anos que as pessoas viveriam a partir do nascimento, mantidos os mesmos padrões de mortalidade do ano de referência.

Além disso, diferenças também ocorrem com relação à fonte de dados para os dois índices: para o cálculo do IDHM, todos os dados foram extraídos dos Censos Demográficos do IBGE, ao passo que o IDH Global traz dados do Departamento de Assuntos Econômicos e Sociais da ONU, Instituto de Estatísticas da UNESCO, Banco Mundial e Fundo Monetário Internacional.

Considerando-se que os indicadores que compõem as dimensões do IDH global e do IDHM são diferentes, comparações entre os resultados obtidos através dos dois indicadores não podem ser efetuadas. O IDH serve para medir o desenvolvimento humano de países em contexto global, ou seja, em relação a si mesmos, porém inseridos em uma dinâmica pontilhada por outros países. Já o IDHM serve para comparar territórios nacionais entre si, como unidades da federação e municípios. (PNUD; IPEA; FJP; 2013).

3.2 Novos indicadores de desenvolvimento humano e sustentabilidade

De acordo com Louette (2007), a atual crise financeira que abalou a economia mundial reflete a condição de métricas falhas. Ressalta, ainda, que para se conseguir qualidade de vida com sustentabilidade do desenvolvimento humano, serão necessários



indicadores confiáveis, que indiquem essa direção; uma vez que o que é importante deve ser medido, e o que é medido deve ser gerenciável. O modelo mercantil/financeiro que se prolifera por todo o mundo faz com que as desigualdades se agravem, ameaça a sobrevivência humana e das sociedades. Sendo assim, faz-se necessário uma reformulação do pacto social, ambiental e político, reavaliando as riquezas que darão um verdadeiro preço à vida. Para isso, uma nova contabilidade e novas estatísticas trarão uma nova leitura de rumos, refletindo desafios socioambientais e riscos de autodestruição.

É dentro da preocupação com o aspecto de sustentabilidade ambiental e do desenvolvimento humano que os conceitos de Felicidade Interna Bruta e Pegada Ecológica foram inseridos neste artigo.

O bem-estar subjetivo e as capacidades se desenvolveram em relação estreita com outras disciplinas que não a economia (respectivamente, a psicologia e a filosofia moral), sendo que, em economia, a tradição do bem-estar econômico e a teoria das alocações equitativas propõem outras maneiras de tratar a questão da consideração dos aspectos não comerciais da qualidade de vida em uma medida mais ampla do bem-estar. (CMPEPS, 2009, p. 228).

O índice de Felicidade Interna Bruta - FIB (LOUETTE, 2007), criado pelo governo do Butão, caracteriza-se por ser de grande abrangência (constituído por 72 variáveis) e por mensurar os aspectos subjetivos da existência humana. A proposta principal deste indicador é a de se medir a felicidade. A felicidade pode ser considerada como um conceito que possui maior amplitude para os padrões orientais do que para os padrões ocidentais. O FIB assume a “felicidade” através do conceito de “união”, considerando que pessoas que alcançaram boas satisfações em todas suas nove dimensões, nas quais estão inclusas 72 variáveis, são consideradas felizes. As nove dimensões principais do FIB são, respectivamente: a) bem-estar psicológico; b) uso do tempo; c) vitalidade da comunidade; d) cultura; e) saúde; f) educação; g) diversidade do meio-ambiente; h) padrão de vida e i) governança.

Na metodologia de cálculo do FIB, tal indicador é construído nas etapas de identificação e agregação. Na etapa de identificação, define-se uma linha de corte para cada indicador das novas dimensões. Tais valores poderão ser definidos através de debate público, sendo que dificuldades em estabelecer esse patamar não podem inviabilizar essa medida. Na etapa seguinte, de agregação, identificam-se as lacunas de felicidade nacional. Após os cálculos dos índices serem efetuados, calcula-se, também, o número de pessoas que não conseguiram atingir a linha de corte em cada um dos indicadores, dividido pelo número de carências apontadas pela população. Tal número representará o percentual de falta de felicidade, sendo que o FIB será representado por um número que poderá ser utilizado como instrumento de políticas públicas. O objetivo do FIB se pauta em uma reflexão de valores, definindo padrões de referência e monitoramento das políticas e do desempenho do país. (Louette, 2007).

O FIB pode até ser considerado um indicador exótico, tendo em vista que entre suas variáveis de mensuração estão inclusas desde medições sobre “egoísmo” e “inveja”, contidos na dimensão de bem-estar psicológico, até questionamentos como: “seu desejo era não fazer parte desta família?”, incluso na dimensão de “vitalidade da comunidade”.

A experiência com o FIB no Butão vem inspirando a criação de versões ocidentais desse indicador. “Acompanhar o efeito acumulado do consumo humano dos recursos naturais e da geração de resíduos é uma das chaves para alcançar a sustentabilidade” (LOUETTE, 2007, p. 54). Nessa proposta, situa-se a Pegada Ecológica, enquanto indicador que mede a sustentabilidade ambiental do planeta, de países, regiões, estados, empresas e indivíduos. Seu coeficiente é obtido através do cálculo de estimativas, acerca da velocidade que a humanidade está utilizando os recursos disponíveis, em relação à capacidade do planeta em se regenerar.



De acordo com a WWF-BR (2012), a Pegada Ecológica tem como característica utilizar uma metodologia pautada na contabilidade ambiental, que avalia a pressão do consumo das populações humanas sobre os recursos naturais, refletindo, também, a sustentabilidade do desenvolvimento humano.

Este indicador, criado pela equipe de Mathis Wackernagel e Willian Rees, da University of British Columbia, desde a sua criação, em 1993, vem sendo aprimorado. Atualmente, a Pegada Ecológica vem sendo divulgada através de relatórios publicados pela Global Footprint Network, em parceria com a WWF International. Essa ferramenta tem como característica medir em que grau a humanidade está utilizando os recursos da natureza, em contrapartida, da velocidade de regeneração. Traz também informações referentes às quantidades e aos consumidores dos diversos tipos de recursos naturais com populações definidas, seja geograficamente, seja socialmente. A pegada de uma população poderá ser definida através do coeficiente obtido, calculando-se a quantidade total de áreas de terra e água biologicamente produtivas, exigidas para produzir os produtos consumidos e absorver os resíduos que tal população elimina, utilizando a tecnologia atual.

4. Síntese de indicadores de desenvolvimento humano e sustentabilidade

Com relação aos indicadores sociais e de desenvolvimento humano, a cidade de São Paulo, quando comparada ao Brasil, apresentou bons resultados e registrou evolução em, praticamente, todas as dimensões de indicadores. De fato, os números relativos à população e à economia de São Paulo surpreendem por seu “gigantismo”, bem como seus indicadores de desenvolvimento humano, e evolução obtida durante o período de 1990 a 2010. No entanto, conforme já exposto por Amartya Sen e pela CMPEPS, os indicadores utilizados acima são baseados em “médias”, o que acaba, muitas vezes, mascarando a distribuição dentro de uma cidade ou região. Partindo da experiência do FIB e de recomendações referentes à promoção da criação de indicadores que mensurem as questões subjetivas do desenvolvimento humano, professores da Fundação Getúlio em Vargas (FGV) uniram-se ao *MyFunCity* e ao Movimento Mais Feliz para a criação do Survey Well Being Brasil Cidade de São Paulo, publicado em 2013. Trata-se de um dos exemplos de indicadores subjetivos, similares ao FIB, que estão sendo criados por todo o mundo; o indicador apresentado teve como base para sua análise e pesquisa, a cidade de São Paulo.

A composição do indicador teve como base 68 indicadores pertencentes a 10 dimensões: 1) meio ambiente; 2) transporte e mobilidade; 3) família; 4) redes de relacionamento; 5) vida profissional e financeira; 6) educação; 7) poder público; 8) saúde; 9) segurança e 10) consumo.

As expectativas com os resultados dirigem-se à contribuição para o aumento, no futuro, do bem-estar social e do desenvolvimento humano na cidade de São Paulo.

As questões subjetivas revelam aspectos importantes do desenvolvimento humano sustentável, em suas diversas dimensões. Dessa forma, faz-se cada vez mais importante o uso de métricas eficientes. Tais indicadores podem contribuir como balizadores de políticas públicas, para promover a ampliação do processo de desenvolvimento humano aliado à sustentabilidade. Os resultados do “Well Being” para a cidade de São Paulo mostraram-se reveladores, captando aspectos do desenvolvimento não identificados através de indicadores objetivos.

Após experiências bem sucedidas de cálculo da Pegada Ecológica em território brasileiro, nas capitais estaduais de Campo Grande (MS) e Curitiba (PR), ocorreu o interesse por parte dos governantes da cidade e Estado de São Paulo, para a construção de tal métrica do desenvolvimento sustentável, também, para esta cidade e Estado (WWF-BR, 2012, p. 11). Em 2012, a WWF-Brasil em parceria com a prefeitura da cidade, o governo do estado, a



Global Footprint Network (GFN) e Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (FIPE) publicaram a Pegada Ecológica do Estado e da Cidade de São Paulo; dessa forma, a cidade e o Estado passaram a contar com essa importante ferramenta para planejar seu futuro.

Os resultados obtidos podem ser considerados alarmantes, de acordo com a WWF (WWF-BR, 2012, p. 11): a Pegada Ecológica média do Estado de São Paulo e da cidade de São Paulo são de 3,52 e 4,38 hectares globais *per capita*, respectivamente. Isto significa que se todos os indivíduos vivessem como os habitantes do Estado, seriam necessários quase dois planetas para sustentar tal estilo de vida, e caso fosse utilizado o mesmo exemplo para cidade, seriam necessários quase dois planetas e meio.

Analisando-se de forma desagregada, torna-se possível identificar os principais “responsáveis” pela Pegada Ecológica da cidade de São Paulo (WWF-BR, 2012, 12-24). A classe consumo dos alimentos representa quase 50% da Pegada, o consumo de bens 21%, o setor de transportes 10%, o setor de moradia 6% e o setor de serviços 5%, dentro outros, com menor participação.

Outro dado importante refere-se à biocapacidade da cidade de São Paulo, que pode ser considerada como a contrapartida da Pegada Ecológica. Enquanto a Pegada Ecológica mede a quantidade de recursos ecológicos que uma determinada população de uma região consome, a biocapacidade mede a quantidade de recursos ecológicos que tal região produz (WWF-BR, 2012). Medida por hectares, a biocapacidade da cidade de São Paulo alcança um índice de 0,04, enquanto que, a Pegada Ecológica da cidade é muitas vezes superior, alcançando um índice de 4,38, ou seja, a cidade apresenta uma capacidade extremamente baixa de reposição de recursos ecológicos quando comparada ao consumo de tais recursos, pelos habitantes da cidade. De acordo com a WWF-BR (2012), tal resultado pode ser considerado óbvio, já que cidades com a característica de alta densidade populacional, como São Paulo, geralmente apresentam baixa biocapacidade, além de serem, também, tomadores ecológicos, ao invés de credores ecológicos. No entanto, tal resultado reforça a importância da preservação ecológica, tanto com relação à cidade, quanto com relação a outras regiões, que podem ser e provavelmente são credores ecológicos da cidade de São Paulo.

Efetou-se, também, o cálculo da Pegada Ecológica por faixas de rendimentos domiciliares e os resultados mostraram-se reveladores. De acordo com a WWF-BR (WWF-BR, 2012, p. 30) a Pegada Ecológica na cidade, varia de 2,46 a 11,50, quando considerados os domicílios de acordo com suas faixas de renda; para os casos mencionados, considerou-se domicílios contendo famílias com rendimentos de até 2 salários mínimos e de acima de 25 salários mínimos, respectivamente. Analisando-se os domicílios de acordo com a faixa de renda domiciliar, percebe-se que quanto maior o rendimento, mais alta é, também, a Pegada Ecológica.

Na verdade, a Pegada incita mais questionamentos do que soluções. Não obstante a necessidade de melhorias quanto à fonte de dados, o indicador já se apresenta como ferramenta útil para a gestão pública, em termos de melhoria da qualidade de vida na cidade.

Partindo da fundamentação teórica, buscou-se criar uma síntese de indicadores de desenvolvimento humano e sustentabilidade para a cidade de São Paulo.

O Quadro 1 contém a evolução de dados objetivos selecionados da cidade de São Paulo, para os anos de 2000 e 2010, conjuntamente aos índices obtidos através das pesquisas recentes da Pegada Ecológica e Welll Being Brazil (WBB).

A partir dos dados disponíveis, observa-se a evolução positiva de todos os indicadores médios de desenvolvimento humano objetivos, apresentados para a cidade, dos anos 2000 e 2010. No entanto, por serem pesquisas recentes, não estão disponíveis dados anteriores, referentes à Pegada Ecológica, e nem das questões subjetivas do desenvolvimento humano, apresentadas pela Well Being Survey Cidade de São Paulo. Parte-se do pressuposto que o



conceito de desenvolvimento humano sustentável é um tema ainda “em aberto”, e fonte de intensos debates e discussões. Recomenda-se considerar as questões subjetivas e de sustentabilidade do desenvolvimento humano, visando a promoção da ampliação, ou pelo menos para garantir a manutenção, dos níveis atuais de desenvolvimento humano no futuro. Buscando inserir a cidade de São Paulo nesse contexto de avaliação, recomenda-se acompanhar futuramente, também, a evolução dos indicadores subjetivos e de sustentabilidade. Acompanhar somente a evolução dos indicadores objetivos mostra-se insuficiente; faz-se importante que tanto os indicadores objetivos continuem a melhorar, quanto que a Pegada Ecológica da cidade diminua, a biocapacidade aumente, bem como deve-se buscar o aumento do nível de satisfação em todas as dimensões de bem-estar avaliadas pela Well Being Survey.

Indicadores objetivos de desenvolvimento humano	2000	2010
Esperança de vida	72,75	76,30
Fluxo escolar - ensino médio	42,00	50,51
Grau de formalização dos trabalhadores (2000 / 2010)	65,81	71,87
IDHM	0,733	0,805
Mortalidade infantil até 5 anos de idade (Para cada 1000 nascidos vivos)	21,2	14,7
População acima de 25 anos com ensino superior completo	14,0	20,6
Renda domiciliar <i>per capita</i> (R\$ - Ago/2010)	1.216,54	1.516,21
Taxa de desemprego (2000 / 2010)	16,23	7,07
Taxa de pobreza (Proporção de indivíduos com renda domiciliar igual ou menor do que R\$140,00 mensais - Agosto/2010)	7,39	4,27
Indicadores de sustentabilidade ambiental		2012
Pegada Ecológica	-	4,38
Biocapacidade	-	0,04
Indicadores subjetivos de desenvolvimento humano		2013
níveis de satisfação		
WBB – Família	-	3,842
WBB - Redes de relacionamento	-	3,612
WBB – Saúde	-	3,323
WBB – Consumo	-	3,299
WBB - Vida profissional e financeira	-	3,298
WBB – Educação	-	3,068
WBB - Meio ambiente	-	2,821
WBB – Segurança	-	2,694
WBB - Transporte e mobilidade	-	2,574

Quadro 1. Indicadores de desenvolvimento humano sustentável da cidade de São Paulo

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil. PNUD; IPEA; FJP, 2013; WWF-BR, 2012, p. 27; FGV, 2013, p. 28. Elaboração própria.

5 Considerações finais

Partindo-se da contribuição teórica, efetuou-se uma análise descritiva da situação do desenvolvimento humano sustentável na cidade de São Paulo, considerando os anos de 2000 e 2010. Os resultados obtidos demonstraram que nessa primeira década do século XXI, a cidade de São Paulo obteve melhora em seus indicadores.



A ampliação, ou até mesmo a manutenção dos níveis de desenvolvimento humano sustentável, está estritamente correlacionada a questões de sustentabilidade ambiental, bem como pesquisas subjetivas podem revelar, também, aspectos importantes do desenvolvimento humano, não captados por indicadores objetivos. A Pegada Ecológica evidenciou que para todos os indivíduos possuírem o mesmo padrão de vida dos paulistanos, seriam necessários dois planetas e meio, e, além disso, a biocapacidade da cidade é extremamente baixa, configurando-se como um tomador ecológico de outras regiões. Com relação a *Well Being Survey*, recomenda-se o acompanhamento futuro de tais indicadores e, também, a correlação com os indicadores objetivos; é importante que tanto os indicadores objetivos quanto os subjetivos continuem a apresentar melhoras; é de total importância, também, que a cidade passe a apresentar melhoras em seus indicadores de sustentabilidade ambiental. Os resultados atuais são considerados alarmantes; caso não haja mudanças, o desenvolvimento humano futuro na cidade poderá estar comprometido.

Considerando a contribuição teórica, as bases metodológicas dos indicadores de desenvolvimento humano sustentável e suas limitações, conclui-se que se torna cada vez mais necessário aprofundar, fomentar e intensificar o debate a respeito do tema, bem como, promover a elaboração de novos indicadores com intuito de preencher as lacunas existentes. Os conceitos de desenvolvimento humano e sustentabilidade estão ainda em aberto e o debate colabora para o aperfeiçoamento das mensurações e métricas, resultando, conseqüentemente, em políticas econômicas, públicas e sociais mais eficientes, com reflexos na promoção da ampliação do desenvolvimento humano sustentável.

Para que os indivíduos da cidade de São Paulo sejam considerados os meios e fins do desenvolvimento, para que sejam colocados no “centro do palco”, seus indicadores de desenvolvimento humano e sustentabilidade precisam ainda melhorar muito. Partindo-se dos resultados atuais, tudo indica que o caminho ainda será longo; faz-se essencial que o progresso obtido desses primeiros dez anos do século XXI seja mantido e ampliado.

Todos os conceitos inclusos nas diversas dimensões carecem de melhorias: educação, renda, saúde, trabalho, sustentabilidade e vulnerabilidade social. São Paulo precisa, de fato, alçar seus habitantes à condição de meios e fins de seu desenvolvimento. Dessa forma, considerando todos os indivíduos e de todas as regiões da cidade, poderá ocorrer a ampliação dos indicadores de desenvolvimento humano sustentável, de forma mais equitativa e harmoniosa.

Notas

ⁱ O economista paquistanês Mahbub Ul Haq (1934 – 1998), pioneiro da teoria do desenvolvimento humano, atuou como diretor de políticas públicas do Banco Mundial (1970 a 1982) e como Ministro da Economia do Paquistão (1982 a 1988). (UL HAQ, 1995).

ⁱⁱ Comparando a perspectiva de Sen com a apresentada anteriormente, baseada no pensamento de Mahbub Ul Haq (1995), percebem-se muitas semelhanças e similaridades. Vale ressaltar que os dois trabalharam em conjunto por muitos anos, inclusive na criação do IDH. Após a análise e reflexão com relação à perspectiva do desenvolvimento como liberdade, é possível notar que ela parece ser uma versão atualizada e de continuidade, com mais abrangência, amplitude e segmentação no que tange ao detalhamento do pensamento de Ul Haq.



ⁱⁱⁱ De acordo com Sen (2000), o *entitlement* (intitlamento) de uma pessoa, é representado pelo conjunto de pacotes alternativos de bens que podem ser adquiridos mediante o uso dos vários canais legais de aquisição que são facultados a ela.

Referências Bibliográficas

BORELLI, Elizabeth. *Vulnerabilidade sociais e juvenil nos mananciais da zona sul da cidade de São Paulo*. Florianópolis: Revista Katálysis, v. 15, nº 1, p. 62-69, jan./jun. 2012.

COMMISSION ON THE MEASUREMENT OF ECONOMIC PERFORMANCE AND SOCIAL PROGRESS. *Report of the commission on the measurement of economic performance et social progress*. Stiglitz, Joseph; Sen, Amartya; Fitoussi, Jean Paul et al. 2009, 292 pg. Disponível em: <http://www.stiglitz-sen-fitoussi.fr/en/index.htm>. Acesso em: 10/07/2016.

DOWBOR, Ladislau. *O Debate sobre o PIB: estamos fazendo a conta errada*. Abril 2009. Disponível em: <http://dowbor.org/2009/04/o-debate-sobre-o-pib-estamos-fazendo-a-conta-errada-abr-2.html/>. Acesso em: 01/07/2016.

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS (FGV); MY FUN CITY. *Survey Well Being Brasil Cidade de São Paulo*. 2013. Disponível em: <http://www.wbbindex.org/>. Acesso em: 20/06/2016.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). *Produto interno dos municípios*. 2010. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/pibmunicipios/2010/>. Acesso em: 01/06/2016.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA); PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO (PNUD); FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO (FJP). *Atlas Brasil*. Disponível em: <http://www.atlasbrasil.org.br/2013/>. Acesso em: 08/03/2016.

LOUETTE, Anne; et al. *Indicadores de nações: uma contribuição ao diálogo da sustentabilidade à gestão do conhecimento*. 1ª ed. São Paulo: WHH – Willis Harman House, 2007.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO (PNUD). *Relatório do desenvolvimento humano 2013 (RDH 2013) – A ascensão do sul: progresso humano num mundo diversificado*. 2013.

_____. *Relatório do desenvolvimento Humano 2010 (RDH 2010) – A verdadeira riqueza das nações: vias para o desenvolvimento humano*. 2010, anual, 253 pg.

_____. *Relatório do Desenvolvimento Humano (RDH) 2007/2008. Combater a Mudança do Clima: Solidariedade Humana em um mundo dividido*. 2007, anual, 402 pg.



V SINGEP

Simpósio Internacional de Gestão de Projetos, Inovação e Sustentabilidade
International Symposium on Project Management, Innovation and Sustainability

ISSN: 2317 - 8302

SEN, Amartya. *As pessoas em primeiro lugar: A ética do desenvolvimento e os problemas do mundo globalizado*. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

_____. *Desenvolvimento como liberdade*. Tradução: Laura Teixeira Motta. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SCHUMPETER, Joseph Alois. *Teoria do Desenvolvimento Econômico*. Trad. Maria Silvia Possas. São Paulo: Abril Cultural, 2ª edição, 1985.

UL HAQ, Mahbub. *Reflections on human development*. London: Oxford University Press, 1995.

VENTURA, Elvira Cruvinel F.in Boletim responsabilidade social e ambiente do sistema financeiro. BANCO CENTRAL DO BRASIL (BCB). *Além do PIB: o relatório Stiglitz-Sen-Fitoussi*. Disponível em: <http://www.bcb.gov.br/pre/boletimrsa/BOLRSA201006.pdf>. Acesso em: 15/07/2016.

WWF-BR. Pegada Ecológica do Estado e da Cidade de São Paulo. Disponível em: <http://www.wwf.org.br/?31606/Estudo-da-Pegada-Ecolgica-de-So-Paulo-revela-que-paulistasconsomem-quase-dois-planetas-e-paulistanos-quase-25>. Acesso em: 20/05/2016.